

ELEIÇÕES CASADAS, VOTOS SOLTEIROS E PT EM NAMORO ELEITORAL COM PSDB: UMA DESCRIÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS ENTRE 1994 E 2014

Emerson Urizzi Cervi

Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná

✉ ecervi7@gmail.com

Resumo: O artigo discute o desempenho eleitoral do PT e PSDB nas sete eleições presidenciais diretas desde o fim da ditadura militar no Brasil (1989-2014). Os dois partidos concentraram pelo menos 2/3 de votos para presidente em todas as disputas, caracterizando o sistema como bipartidário. Na segunda parte do texto são analisadas as associações entre os desempenhos eleitorais do PT e PSDB e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) por Unidade da Federação (UF). A hipótese é que a votação posterior ao governo de um dos partidos apresente alguma associação com o desenvolvimento das regiões brasileiras. Os achados indicam uma tendência leve de desconcentração de votos no PT e PSDB a partir de 2010 e uma maior associação entre crescimento de IDH-M nas UFs e votação no candidato do PT desde 2006.

Palavras-chave: Eleições presidenciais; Brasil; PT; PSDB; 1989 a 2014.

Abstract: The present article discusses the electoral performance of PT and PSDB in the seven direct elections that have taken place since the end of the military dictatorship in Brazil (1989-2014). The two parties concentrated at least 2/3 of the votes for president in all disputes, characterizing the system as bipartisan. The second part of the article analyzes the associations between the electoral performances of PT and PSDB and the Human Development Index (HDI) per Federated Unit (UF). The hypothesis is that votes after the government of one of the parties may present an association with the development of the Brazilian regions. The results show a light tendency to the concentration of votes for PT and PSDB starting from 2010 and a greater association between the growth of HDI and a greater association between the growth of IDH-M in the federated units and votes for the PT candidate since 2006.

Keywords: Presidential elections; Brazil; PT; PSDB; 1989 to 2014.

Introdução

Em suas aulas sobre comportamento eleitoral, o professor Marcus Figueiredo (*in memoriam*) sempre lembrava que no Brasil as eleições são casadas, mas os votos são solteiros, referindo-se às diferenças de desempenho dos partidos entre os cargos em disputa. Olhando a série da história dos votos para presidente da república nos últimos 20 anos, eu completo: as eleições são casadas, os votos são solteiros, mas PT e PSDB estão namorando. O objetivo do texto é discutir a tendência de polarização entre PT e PSDB entre 1994 e 2014, o que tem transformado, na prática, um sistema multipartidário em um bipartidarismo fraco para a Presidência da República. É fraco porque não se verifica a mesma tendência nos resultados para a Câmara dos Deputados - onde continuamos tendo uma grande fragmentação partidária.

Pretendemos demonstrar que nos últimos 20 anos pode-se identificar claramente um predomínio dos dois partidos em eleições nacionais, porém, com dois períodos distintos. Até 2006 há crescimento da densidade eleitoral de ambos, para, a partir de então, eles começam a perder força no que diz respeito aos votos obtidos para presidente da república. O mais importante é que os dois partidos apresentam as mesmas tendências nos dois períodos. Para tanto usamos os resultados eleitorais para presidente da república entre 1989 e 2014. Nossas questões de pesquisa são complementares: parte da pergunta sobre como se dá o desempenho do PT e PSDB nas eleições presidenciais frente aos outros partidos? E o que pode explicar o desempenho eleitoral de um em relação ao outro no período analisado? Nossa hipótese é que as estruturas partidárias contribuem para a polarização entre as duas siglas frente às demais e que os resultados das políticas públicas dos governos PSDB e PT explicam o desempenho dos candidatos deles nas eleições.

Um segundo objetivo, relativo especificamente à disputa de 2014, é demonstrar como houve uma manutenção do padrão histórico na última eleição em relação às anteriores, sem nenhuma mudança significativa, seja entre os dois partidos grandes, seja em relação às demais forças eleitorais do País. Se considerarmos os acontecimentos conjunturais da campanha de 2014, com a morte de Eduardo Campos (PSB) no início da campanha, a fulminante ascensão e queda nas preferências eleitorais de Marina Silva (PSB), as manutenções dos padrões de votação do PT e do PSDB ficam ainda mais representativas do processo de consolidação desse bipartidarismo na prática para a Presidência da República.

Após demonstrar que PT e PSDB têm polarizado as disputas do Executivo Nacional, o estudo parte para uma segunda questão: o que, além dos fatores de curto prazo das campanhas eleitorais, pode explicar quem termina em primeiro e quem fica em segundo entre os dois partidos? Apresentamos como uma possível resposta para tal pergunta os efeitos das políticas públicas dos governos PSDB e PT para explicar o desempenho de seus candidatos. Para tanto, comparamos os resultados eleitorais dos dois partidos por Unidade da Federação (UF) em função da diferença do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) entre 2000 e 2010. Considerando que o PSDB governou entre 1995 e 2002 e o PT de 2003 para frente, é possível identificar os efeitos da mudança de governo para as votações presidenciais em função da diferença de IDH no período em que cada partido governou.

1. As eleições presidenciais entre 1994 e 2014 no Brasil

Desde que Duverger (1970) e Michels (1982) demonstraram a relação direta entre o sistema eleitoral de um país e o número de partidos relevantes na arena política, cientistas políticos têm assumido que em sistemas majoritários há tendência de bipartidarização e sistemas proporcionais

mantém um número efetivo de partidos maior (RIKER, 1999; NEAL, 1999; CALANDER, 2005). Essas teses foram atualizadas por Panebianco (2005), quando tratou da organização dos partidos frente às regras do sistema político e considerando as metas estabelecidas pelas lideranças partidárias. No Brasil, o sistema eleitoral é misto, mas, desde o início da república, as eleições presidenciais são definidas pelo voto majoritário. Embora em curtos períodos também tenhamos tido voto majoritário nas eleições parlamentares, a maior parte da nossa república manteve a eleição proporcional para os parlamentos nos diferentes níveis de representação (NICOLAU, 2002). O resultado prático desse sistema eleitoral misto com eleições no mesmo dia para diferentes cargos é um deslocamento dos votos para presidente em relação aos votos para os demais cargos, em especial os legislativos (TAFNER, 1996). Some a isso o fato de o eleitor poder votar em candidatos de diferentes partidos e, por outro lado, vários partidos poderem se coligar nas eleições proporcionais em torno de um único candidato à disputa majoritária. O resultado é o casamento da data da votação para diferentes cargos e a separação entre os processos decisórios para a decisão de voto do eleitor.

Na prática temos tido uma separação cada vez maior do desempenho dos partidos para a Presidência da República quando comparado ao desempenho para Câmara dos Deputados. A fragmentação esperada como resultado de uma disputa proporcional para deputados federais não se verifica na eleição majoritária para presidente da república, como previam os teóricos que descreveram os efeitos dos diferentes modelos eleitorais. A tabela 1 a seguir mostra os coeficientes de Número Efetivo de Partidos (Nep)¹ para as votações de deputado federal e presidente da república ao longo do tempo, no

¹ O coeficiente Nep que mede fragmentação de votos ou de cadeiras no parlamento foi proposto por Laakso e Taagepera (1979) e é calculado a partir da seguinte fórmula (onde “pe” é a proporção de votos ou cadeiras

obtidas por partido na eleição) = $\frac{1}{\sum pe^2}$

EMERSON URIZZI CERVI
 ELEIÇÕES CASADAS, VOTOS SOLTEIROS E PT EM NAMORO ELEITORAL COM PSDB: UMA
 DESCRIÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS ENTRE
 1994 E 2014

período em que PSDB e PT venceram as eleições presidenciais (1994 a 2014). O Nep para a Câmara dos Deputados foi calculado a partir do número de cadeiras obtidas pelos partidos em cada eleição, e o Nep das disputas para Presidência de República é a partir das votações obtidas pelos partidos que disputaram cada pleito. Percebe-se, no caso da Câmara dos Deputados (votação proporcional) um crescimento constante ao longo do tempo do Nep, passando de um coeficiente de 8,14 em 1994 para 13,21 na eleição mais recente, o que significa um crescimento da fragmentação partidária na Câmara dos Deputados. Já para a Presidência da República a fragmentação das votações tem apresentado oscilações ao longo do tempo, sem uma tendência definida. Foi de 2,14 em 1994, subiu até 3,16 em 2002 para em seguida voltar a cair para 2,41 na eleição seguinte. A partir de 2006 o Nep para votações à Presidência da República tem crescido, chegando a 3,01 – mesmo nível de 1994.

Tab. 1 – Número Efetivo de Partidos para Câmara dos Deputados e Presidência do Brasil entre 1994 e 2014

Nep	Câmara dos Deputados	Presidência da República
1994	8,14	2,14
1998	7,13	2,53
2002	8,47	3,16
2006	9,29	2,41
2010	10,43	2,74
2014	13,21	3,01

Fonte: Autor a partir de dados do TSE

Além da diferença no desempenho dos partidos entre eleições majoritárias e proporcionais nacionais, a especificidade do caso brasileiro é que apenas dois partidos têm conseguido concentrar a maioria de votos para presidente desde 1994. O PT e o PSDB têm conseguido, juntos, somar pelo

menos dois em cada três votos para presidente no período analisado. Por isso, a partir de agora a análise se centrará no desempenho eleitoral dos dois partidos nas disputas para Presidência da República. A tabela 2 mostra os percentuais de votos no 1º e 2º turnos desde a retomada das eleições diretas para presidente, em 1989, para o PT, PSDB e para a somatória dos outros partidos. A coluna da direita da tabela mostra a somatória dos percentuais de votos do PT e PSDB em cada um dos pleitos.

O ano de 1989 foi o único do período vencido por candidato de outro partido, Fernando Collor de Mello (PRN), embora já naquele ano o PT tenha conseguido chegar ao segundo turno. Naquele ano o PT com Lula como candidato fez 17% no primeiro turno e 47,5% no segundo turno. O PSDB, com apenas um ano de existência, pois havia sido oficializado em 1988, lançou Mário Covas como candidato e obteve 11% dos votos válidos no primeiro turno. Juntos, PT e PSDB fizeram 28% dos votos válidos no primeiro turno.

A partir de 1994 os dois partidos passam a predominar eleitoralmente. Nesse ano, o PSDB elege no primeiro turno Fernando Henrique Cardoso com 54,28% de votos, enquanto o PT – novamente com Lula - fica em segundo lugar, com 27,04%. A somatória de todos os demais candidatos fica abaixo do segundo colocado (18,68%). Juntos, PT e PSDB fazem 81,32% dos votos válidos em 1994. Esse quadro praticamente se repete em 1998, com os mesmos nomes dos dois partidos: Fernando Henrique Cardoso é reeleito pelo PSDB com 53,06% de votos e Lula, do PT, fica em segundo com 31,71%. Nesse ano a concentração de votos nos dois partidos sobe para 84,77%, enquanto os demais partidos juntos caem para 15,23%.

Em 2002 acontece o fim do ciclo dos governos do PSDB, sendo substituído pelo PT. O primeiro turno desse ano foi o que apresentou a maior distribuição de votos no período analisado, com PT e PSDB somando “apenas” 69,63% de votos válidos. Os demais partidos praticamente

dobraram o peso eleitoral em relação à eleição anterior, ficando em 30,37% do total. No segundo turno, o PT, com Lula, venceu com 61,27% de votos válidos o PSDB de José Serra (38,73%). Em 2006, na reeleição de Lula, o predomínio de PT e PSDB cresceu, com redução para apenas 9,75% de votos válidos a candidatos de outros partidos no primeiro turno. O candidato à reeleição pelo PT ficou com 48,61%, enquanto Geraldo Alckmin, do PSDB, somou 41,63%, totalizando, juntos 90,25% dos votos válidos – a maior concentração de votos nos dois partidos do período analisado.

Em 2010 há um ponto de inflexão e tem início um novo ciclo de desconcentração de votos no PSDB e PT, embora os dois partidos continuem com três em cada quatro votos para presidente. A candidata Dilma Rousseff (PT) vence a eleição no primeiro turno com 46,91% de votos, contra 32,61% de José Serra (PSDB), ambos somando 79,52% do total. Embora os demais candidatos tenham feito apenas 20,48% dos votos válidos, isso significa mais que o dobro da participação percentual da eleição anterior. No segundo turno o PT fez 56,05%, contra 43,95% do PSDB. Agora, em 2014, há praticamente uma reprodução dos desempenhos notados em 2010. A candidata à reeleição pelo PT ficou com 41,58% dos votos válidos no primeiro turno, contra 33,57% de Aécio Neves (PSDB). Juntos eles fizeram 75,15% dos votos válidos do primeiro turno, cerca de 4 pontos percentuais abaixo do desempenho do ano anterior. Os demais candidatos somaram 24,85% dos válidos no primeiro turno. A disputa de segundo turno indicou uma queda do PT em relação ao ano anterior. Dilma Rousseff (PT) foi reeleita com 51,58%, contra 48,42% obtidos pelo PSDB.

EMERSON URIZZI CERVI
 ELEIÇÕES CASADAS, VOTOS SOLTEIROS E PT EM NAMORO ELEITORAL COM PSDB: UMA
 DESCRIÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS ENTRE
 1994 E 2014

Tab. 2 – Desempenho do PT e PSDB para Presidência da República entre 1989 e 2014

Ano	Turno	PT	PSDB	OUTROS	PT+PSDB
1989	1º	17,00	11,00	72,00	28,00
	2º	47,50		52,50	47,50
1994	1º	27,04	54,28	18,68	81,32
1998	1º	31,71	53,06	15,23	84,77
2002	1º	46,44	23,19	30,37	69,63
	2º	61,27	38,73		100
2006	1º	48,61	41,64	9,75	90,25
	2º	60,83	39,17		100
2010	1º	46,91	32,61	20,48	79,52
	2º	56,05	43,95		100
2014	1º	41,58	33,57	24,85	75,15
	2º	51,58	48,42		100

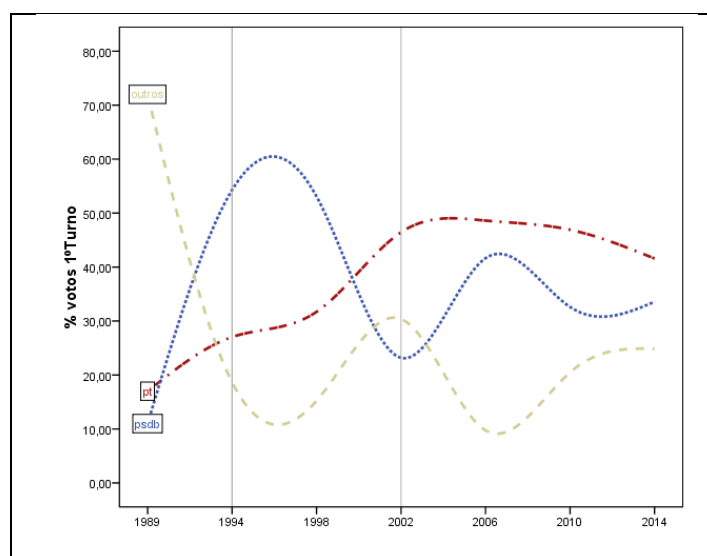
Fonte: Autor a partir de dados do TSE

Em resumo, nas sete eleições realizadas após a ditadura militar, PT e PSDB apresentaram participações crescentes no total de votos para presidente entre 1989 e 2006, quando os dois somaram mais de 90% dos votos para presidente no primeiro turno. Além disso, desde 1994 são os dois primeiros colocados em todas as disputas. Em 1989 o PSDB ficou em quarto lugar no primeiro turno, mas o PT chegou ao segundo turno. Desde então, o espaço de centro-direita, ocupado por Collor de Mello em 1989, passou para o PSDB e os votos de centro-esquerda cada vez mais concentrados nos candidatos do PT. Nas duas últimas eleições, em 2010 e 2014 percebe-se uma retração na concentração de votos nos dois partidos, com um crescimento gradual dos percentuais de votos em candidatos de outras siglas. Ainda assim, em 2014 o

PT e PSDB foram responsáveis, juntos, por três em cada quatro votos para presidente no primeiro turno.

O gráfico 1 a seguir mostra o desempenho dos partidos separadamente ao longo das sete eleições disputadas. A imagem permite perceber que embora existam similaridades nos resultados dos dois partidos grandes, o comportamento ao longo do tempo mostra-se distinto. A imagem registra apenas os valores obtidos nos primeiros turnos das eleições. Em 1989 percebe-se que PT e PSDB têm desempenho similar, enquanto a somatória de todos os outros partidos ultrapassa os 70% de votos. Na eleição seguinte, em 1994, o PSDB apresenta um crescimento abrupto e acelerado, passando da metade dos votos válidos no primeiro turno, o que garantiu a eleição de FHC naquele ano. O PT, ao contrário, apresentou crescimento, mas foi gradual. Esse crescimento gradual do PT seguiu até a eleição de 2002, quando conseguiu eleger pela primeira vez o presidente. Desde então vem apresentando uma estabilidade no desempenho do primeiro turno, com tendência de queda lenta a partir de 2006.

Gráf. 1 - Desempenho partidário por eleição para presidente



Fonte: Autor

EMERSON URIZZI CERVI
ELEIÇÕES CASADAS, VOTOS SOLTEIROS E PT EM NAMORO ELEITORAL COM PSDB: UMA
DESCRIÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS ENTRE
1994 E 2014

No caso do PSDB as oscilações são mais abruptas. Há acentuado crescimento de 1989 a 2004. Depois, queda constante até 2002, único ano desde 1994 em que o PSDB fica abaixo da somatória dos demais partidos, quando retoma o crescimento. Sobe até o primeiro turno de 2006, para voltar a apresentar queda em 2010 e uma leve recuperação em 2014. O desempenho dos demais partidos apresenta oscilações abruptas entre as eleições, no sentido contrário às do PSDB. Os outros partidos "despencaram" de 70% em 1989 para menos de 20% em 1994, mantendo-se nesse patamar na eleição seguinte. Em 2002 voltam a crescer. Nesse ano, metade dos votos em outros partidos foi destinada ao candidato do PSB, Anthony Garotinho, que fez 17% dos votos válidos no primeiro turno. Em 2006 percebe-se nova queda, a maior do período, seguida de recuperação gradual em 2010 e 2014. Já em 2010 e em 2014 os votos dos demais partidos concentraram-se praticamente em uma única candidatura, no caso, a de Marina Silva. Em 2010, disputando a eleição pelo PV, Marina Silva fez 19% dos 21% de todos os demais candidatos. Em 2014, agora pelo PSB, Marina Silva fez 21% dos 24% de todos os demais partidos que concorreram à presidência.

As descrições feitas até aqui mostram, em primeiro lugar, a polarização de dois grandes partidos com resultados agregados estáveis ao longo das sete eleições analisados. Porém, o comportamento do PT e do PSDB ao longo do tempo não foi semelhante ou antagônico (quando um apresenta crescimento, o outro cai em votação). O PT apresenta um crescimento gradual até 2002 e depois se estabiliza. Já o PSDB tem oscilações mais significativas ao longo do tempo, na direção inversa da somatória dos demais candidatos. Quer dizer, o desempenho do PSDB parece estar mais vinculado à capacidade dos demais partidos em apresentar candidatos eleitoralmente viáveis do que com a relação direta com o PT. Isso nos permite

testar a hipótese de que o crescimento do PT tem uma relação mais forte com os resultados negativos dos governos do PSDB, no início, e depois, a estabilidade eleitoral está relacionada aos bons resultados dos governos petistas. Enquanto o desempenho do PSDB como oposição dependeria mais dos resultados negativos dos governos petistas e da inexistência de candidatos fortes em outros partidos. Para testar essa hipótese, no próximo tópico testaremos a associação entre o desempenho eleitoral dos partidos grandes por UF e o desenvolvimento econômico e social das UFs no período.

2.O IDH-M e o voto para presidente do PT e do PSDB

Após as estatísticas descritivas do tópico anterior, os testes realizados a partir daqui têm o objetivo de serem exploratórios. Pretendo explorar como as votações de PT e PSDB estão associadas com o desenvolvimento econômico e social, medido pela diferença do IDH-M entre 2000 e 2010 por UF do Brasil. A hipótese é que um dos fatores que promovem a mudança do IDH, uma medida que incorpora indicadores econômicos, de educação e de saúde pública, é a efetivação de políticas públicas em regiões menos desenvolvidas. Como no Brasil há uma centralização de recursos para políticas públicas na esfera federal (Boschi, 2004), podemos pensar que em alguma medida a diferença no IDH em uma década deve reverter em algum ganho eleitoral para o partido governante. Não se pretende com isso defender que o IDH-M é o melhor preditor de votação e, muito menos, que seja a única variável explicativa para o desempenho dos partidos. O objetivo é usar uma variável que não seja político-partidária para testar os distintos comportamentos do PT e PSDB.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é medido pela Organização das Nações Unidas a cada dez anos em todos os países que

fazem parte da ONU. O objetivo é comparar o desenvolvimento dos países em relação a aspectos econômicos, sociais e educacionais de suas populações. No Brasil, o IBGE desenvolve o índice para ser representativo das Unidades da Federação e até mesmo para medir o desenvolvimento humano dos municípios brasileiros, o IDH-M. Em 2000, o IDH-M médio das 27 UFs brasileiras ficou em 0,576, subindo em 2010 para 0,704, ou seja, uma diferença de 0,128 de média. Além de apresentar crescimento em todas as UFs na década, o IDH-M no Brasil também ficou mais homogêneo em 2010 em relação à medição anterior, conforme é possível perceber a partir da medida de desvio padrão. Em 2000 o desvio padrão do IDH-M das UFs brasileiras era de 0,072, caindo para quase a metade, 0,049 em 2010. Ou seja, a primeira década do século XXI não significou apenas um crescimento do índice de desenvolvimento humano entre as UFs do Brasil, mas também uma redução nas diferenças de desenvolvimento regional. O menor IDH no Brasil em 2000 ficou com Alagoas, 0,471 e o maior foi o do Distrito Federal, com 0,725. Em 2010 o menor valor continuou com Alagoas, porém, em 0,631, uma diferença de 0,080, abaixo da média das demais UFs para o período. E o maior valor ficou com o Distrito Federal, em 0,824, uma diferença de 0,174, bastante acima da diferença média de todas as unidades da federação no período.

Tab. 3 - Medidas sumarizadoras de IDH-M para UFs brasileiras em 2000 e 2010

Estatísticas	IDH 2000	IDH 2010	Dif. 00a10
Média	0,576	0,704	0,128
Desvio padrão	0,072	0,049	0,026
Menor valor	0,471	0,631	0,080
Maior valor	0,725	0,824	0,174

Fonte: Autor

A partir das informações contidas na tabela 3 acima é possível perceber uma diferença não apenas para a melhoria do índice em 2010,

quando comparado a 2000, mas também a redução das diferenças do IDHs entre as UFs. Por outro lado, apesar do desenvolvimento, as diferenças continuaram grandes entre as duas "pontas". Alagoas, a UF menos desenvolvida nas duas medições, permaneceu cerca de 0,200 abaixo do Distrito Federal, a mais desenvolvida. Com as informações das diferenças de IDH-M por UF entre 2000 e 2010, nós rodamos regressões lineares que levam em conta a unidade espacial para a variável dependente "percentual de voto do partido na UF por eleição". Com isso, pretende-se encontrar o modelo da distribuição das votações do PT e do PSDB pela diferença do IDH-M das unidades da federação brasileiras. A hipótese é que depois de concluído o governo, o partido governante apresente uma associação positiva e forte entre votação e diferença do IDH-M. Ou, em outras palavras, quanto maior a diferença de IDH, ou seja, maior o desenvolvimento, maior a tendência a encontrar percentuais altos de votação do candidato da continuidade. Por outro lado, os partidos de oposição apresentariam melhores desempenhos em UFs com baixa diferença de IDH, independente de o índice ser alto ou baixo, ou então, nenhuma associação entre voto na oposição e desenvolvimento econômico e social da região.

Por fim, são necessárias duas observações sobre o tratamento dos dados no modelo antes de discutir os resultados. Como as medições de IDH são decenais, optamos por trabalhar com o período entre a primeira eleição imediatamente anterior a 2000 e a primeira posterior a 2010. Isso porque embora as medições sejam feitas a cada década, não significa que os processos de mudanças estão limitados aos anos de cada década. Os testes de regressão foram limitados às eleições de 1998 a 2014. Além disso, como 1994 foi a primeira eleição do PSDB sem que esse tivesse figurado como opositor importante na disputa anterior, não faria sentido manter a regressão entre percentual de votos e IDH-M por UF para esse ano. Quanto mais próximo de

zero o coeficiente, menor a associação entre as variáveis. Se o coeficiente for negativo em determinada eleição para um partido, significa que a associação é negativa, ou seja, quanto maior a diferença de IDH-M da UF na década, menor tende a ser a votação do partido em determinado ano. E se o coeficiente for positivo significa que as variações seguem a mesma direção: quanto maior a diferença de IDH na UF, maior a votação do partido e vice-versa. Também optamos por analisar os coeficientes angulares padronizados (β padronizado) ao invés dos coeficientes naturais por se tratar de diferentes eleições e com volume de votos distintos entre cada uma delas. Assim, o β padronizado indica as variações entre a votação obtida pelo partido em determinada UF em relação às variações de IDH-M entre as unidades da federação e pode ser usado para comparações entre diferentes anos.

A tabela 4 a seguir mostra os coeficientes para cada eleição entre 1998 e partido. No caso do PT, a associação é negativa em 1998 e 2002, duas eleições que encerram mandatos do PSDB e nas quais o Partido dos Trabalhadores estava na oposição. Os coeficientes de -0,287 e -0,224 respectivamente indicam que o candidato do PT, Lula, teve melhores desempenhos em UFs onde a diferença de IDH-M foi menor. No entanto, esses foram os menores coeficientes para o PT nas cinco eleições analisadas. Nas três seguintes, que indicam os períodos em que o partido esteve no governo, os coeficientes crescem e ficam positivos, indicando que há tendência de maior votação do PT em UFs com maior ganho de IDH na década. O maior β em toda a série histórica do PT é em 2006, ficando em 0,608. A partir de então ele começa a apresentar quedas para 0,510 em 2010 e 0,493 em 2014. A interpretação inicial desses coeficientes para o PT é que enquanto partido de oposição (1998 e 2002) ele apresentava melhores desempenhos e UFs com pouca variação de IDH, normalmente aqueles nos quais o índice já era alto em 2010. A partir de 2006 e principalmente nesse

EMERSON URIZZI CERVI
 ELEIÇÕES CASADAS, VOTOS SOLTEIROS E PT EM NAMORO ELEITORAL COM PSDB: UMA
 DESCRIÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS ENTRE
 1994 E 2014

ano, quando passa a ser governo, sua votação muda para UFs com maior diferença de IDH, ou seja, as de menor desenvolvimento no início do período e que tiveram maior ganho de IDH no período. Além disso, a maior associação se dá nas eleições após o PT governar - a partir de 2006 e não enquanto o partido está na oposição.

Tab. 4 - Coef. β padronizado para relação entre diferença de IDH-M e votação no Partido

Ano	Partido	
	PT	PSDB
1998	-0,287	0,108
2002	-0,224	-0,060
2006	0,608	-0,575
2010	0,510	-0,387
2014	0,493	-0,489

Fonte: Autor

Já os coeficientes β do PSDB não se mostram tão fortes quanto os do PT em nenhuma das eleições analisadas. Além disso, a maioria dos sinais é invertida. Ao contrário do PT, nas duas eleições em que o PSDB era governo (1998 e 2002) os coeficientes de associação com diferença de IDH-M são as mais baixas, inclusive com o coeficiente de 2002 sendo negativo (-0,060). Esses valores mostram que a votação do PSDB não tem tanta relação com a mudança no IDH-M quanto a do PT. Por outro lado, quando o PSDB está na oposição, a votação do partido apresenta coeficientes maiores de associação com diferença de IDH por UF, porém, com sinal negativo, ou seja, entre 2006 e 2010 o PSDB consegue melhores desempenhos eleitorais em UFs com menor diferença de IDH-M, que são normalmente aquelas que já apresentavam índices maiores de desenvolvimento humano em 2000. Ao exemplo do PT, a associação entre votação do PSDB e diferença de IDH-M também apresentou queda entre 2006 e 2014, com a diferença de que a menor

associação ficou em 2010. Na eleição mais recente o PSDB aumentou a associação negativa entre votação no partido e diferença de IDH-M.

Para facilitar a visualização das associações, o Anexo 1 ao final do artigo apresenta os gráficos de dispersão para votação no partido e diferença de IDH-M entre 2000 e 2010 por UF. Há um gráfico para cada ano e partido. As retas traçadas nos gráficos indicam a força da associação entre as duas variáveis. Quanto mais inclinada, maior associação; quanto mais próxima do eixo X, menor a capacidade explicativa da diferença de IDH-M para as variações de votações do partido nas UFs. Ao olhar para os gráficos é possível perceber que nas eleições de 1998 e 2002 as associações tanto para PT quanto para PSDB estão mais fracas. São os anos em que o PSDB governa e em 2002, por exemplo, praticamente não existe ângulo entre votação do partido e diferença de IDH-M. No caso do PT o ângulo é maior nos dois anos, porém, no sentido negativo. De 2006 em diante o comportamento das associações muda. As retas apresentam ângulos mais acentuados para os dois partidos nas três disputas eleitorais. Além disso, os sentidos são inversos. As retas do PT em 2006, 2010 e 2014 são positivas, enquanto as do PSDB no mesmo período são negativas e com aproximadamente a mesma intensidade. Em resumo, a partir do início dos governos petistas cresce a associação entre crescimento do IDH e percentual de votos nos partidos. No caso, o percentual de votos no partido do governo cresce conforme aumenta a diferença do IDH-M no período, e o percentual de votos na oposição (PSDB) diminui conforme aumenta a diferença de IDH-M na última década. Isso se aplica para as três eleições mais recentes, indicando uma manutenção dos padrões percebidos a partir do momento em que o PT concluiu seu primeiro governo, em 2006.

3. Notas Conclusivas

Em ordem cronológica da apresentação dos "achados" aqui, em primeiro lugar é preciso reforçar que as regras do sistema eleitoral agem como previsto pelos cientistas políticos. No Brasil, as eleições proporcionais geram maior número de partidos efetivos no legislativo, como na Câmara dos Deputados, e número bem menor de partidos efetivos nas disputas presidenciais. Além disso, nas últimas sete eleições para a Câmara dos Deputados o índice agregado que mede o número de partidos efetivos tem aumentado gradativa e continuamente nas últimas duas décadas, passando de 8,14 em 1994 para 13,21 em 2014. Ainda que em eleições concomitantes, para Presidência da República o número de partidos efetivos não só fica bem mais baixo no período como é estável, sem apresentar tendência ao longo do tempo - em 1994 era de 2,14 e passou a 3,01 em 2014. Isso demonstra que embora as eleições sejam casadas, as regras eleitorais fazem com que os votos para presidente sejam distintos dos demais.

Além de apresentar grande concentração de votos em poucos partidos, seguindo um padrão de bipartidarização das eleições para presidente da República no Brasil, apenas dois partidos têm dominado essas disputas nos últimos 20 anos. PT e PSDB têm, juntos, percentuais que giram em torno de 80% dos votos válidos nas eleições dos últimos 20 anos para Presidência da República. Isso indica uma especialização desses dois partidos nas disputas presidenciais. Nas seis eleições dominadas por eles é possível perceber a existências de duas tendências distintas: entre 1994 e 2006 há uma tendência de crescimento na concentração de votos nos dois partidos, passando de cerca de 80% para chegar em 90% em 2006. A exceção nesse período é a eleição de 2002, quando PT e PSDB fazem juntos "apenas" 69% dos votos válidos no primeiro turno. Embora existam poucas eleições a partir de então, em 2010 é possível perceber um ponto de inflexão, com início da tendência de queda na

concentração de votos no PT e PSDB. Em 2010 ela fica em 79% e em 2014 passa a 75%. Ainda assim bastante concentrada, indicando a existência na prática de um modelo bipartidário de disputas presidenciais no Brasil, onde PT e PSDB caminham juntos como os dois principais partidos desse sistema até aqui. Há também, nas eleições mais recentes, uma concentração de votos em uma terceira força eleitoral. Se em 2002 o PSDB de Antony Garotinho apresentou pequena vantagem em relação ao quarto colocado - Ciro Gomes (PPS) - em 2006 e 2010, Marina Silva concentrou praticamente a totalidade dos votos não destinados ao PT ou PSDB.

Apesar das semelhanças entre os dois grandes partidos nas disputas presidenciais, as curvas de votação deles ao longo do tempo apresentam distinções. O gráf. 1 mostra claramente que o PT apresenta dois momentos distintos de desempenho eleitoral. Entre 1989 e 2002 ele tem gradativo e constante crescimento nos percentuais de voto para presidente. A partir de 2002 há uma estabilização das preferências do PT e em 2010 o partido começa a apresentar leve queda no desempenho para presidente. Já o PSDB apresenta oscilações mais fortes nas preferências dos eleitores entre as disputas. Cresce rapidamente de 1989 a 1994. Depois, apresenta queda entre 1998 e 2002, para voltar a crescer em proporção menor em 2006. Oscila negativamente em 2010 para em 2014 praticamente se estabilizar, indicando pequena tendência de crescimento.

Uma possível explicação para as diferenças entre desempenho eleitoral para presidente do PT e PSDB nos últimos 20 anos pode estar nos efeitos sociais das políticas públicas apresentados como resultado dos períodos em que os dois partidos governaram. Utilizando a diferença do Índice de Desenvolvimento Humano por Unidade da Federação nas duas medições realizadas no período em análise aqui (2000 e 2010) podemos medir o efeito do desenvolvimento humano nas votações de PSDB e PT nas disputas

imediatamente posteriores aos períodos de governo deles. Os resultados mostram que após os dois governos do PSDB (eleições de 1998 e 2002) a associação entre diferença de IDH-M e votação no candidato do partido à presidência é bastante baixa, inclusive com sinal positivo em 1998 e negativo em 2002 (ver tab. 4). Já no período dos governos petistas a associação entre diferença do IDH-M e votação do PSDB cresce, porém, com sinal negativo. Isso significa que a partir de 2006 o PSDB passa a apresentar votações mais significativas em Unidades da Federação onde há pouca mudança de IDH-M. Essas UFs são, normalmente, as que já apresentam os índices mais elevados, ou seja, as mais desenvolvidas.

Para o PT, a relação entre votos para presidente e diferença do IDH-M entre 2000 e 2010 é inversa à apresentada pelo PSDB, com a diferença de que nas duas disputas em que ele estava na oposição (1998 e 2002) a associação era negativa e mais forte do que a identificada com o partido dos tucanos. Isso significa que enquanto estava na oposição o PT recebia maiores votações relativas em UFs com menor diferença de IDH-M na década passada - quer dizer, era mais bem votado nos Estados com maior desenvolvimento. A partir de 2006, primeira eleição após o PT chegar ao governo há uma completa inversão dessa tendência. Em 2006, 2010 e 2014 o PT passa a apresentar melhores desempenhos eleitorais em UFs com maiores diferenças de IDH-M. Essa associação pode ser usada como indício do efeito eleitoral de políticas públicas em favor do partido governante no Brasil. Por se tratar de eleições bipartidárias, o efeito para o partido da oposição - PSDB - é inverso. Durante o período de governos do PT, o PSDB passa a ser mais bem votado em UFs com menor diferença de IDH-M, reforçando tendência do partido já identificada em 2002.

Uma possível conclusão secundária a partir desses dados em relação à disputa de 2014 é que nesse ano não tivemos mudanças significativas nos

padrões de votação já identificados em 2006 e 2010 para o PT e PSDB. Ao contrário das teses de que o PT venceu a disputa por conta dos "novos" votos obtidos em UFs menos desenvolvidas - notadamente na região nordeste do país - essas votações já eram majoritariamente destinadas ao partido do governo desde 2006. O que aconteceu de fato em 2014 foi uma redução da diferença de votações entre PT e PSDB nos dois turnos presidenciais, o que de resto também não é novidade, pois essa diferença vem caindo desde a eleição de 2006, quando chegou ao maior patamar. Assim, 2014 foi uma reprodução quase fiel da tendência iniciada em 2010 de crescimento do PSDB a partir de votações maiores em regiões mais desenvolvidas do País. Apesar desses indicativos sobre o impacto do desenvolvimento humano por regiões nas votações dos partidos, reforço que esse é um estudo exploratório e não se trata, portanto, de afirmações categóricas com o objetivo de prever resultados eleitorais. Ao contrário, apenas descreve o que já aconteceu. Existem outras explicações, de ordem institucional, políticas e conjunturais que devem ser agregadas a uma descrição mais precisa das relações entre efeitos de políticas governamentais e desempenho de partido em eleições para presidente.

Referências

- BOSCHI, Renato. *Instituições Políticas, Reformas Estruturais e Cidadania: Dilemas da Democracia no Brasil*. Paper ABCP, 2004.
- CALLANDER, Steven. Duverger's hypothesis, the run-off rule and electoral competition. *Political Analysis Review*, n.13, p. 209 a 232, 2005.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- JESSE, Neal G. Candidate success in multi-member districts: an investigation of Duverger and Cox. *Electoral Studies Review*, n. 18, p. 323 a 340, 1999.
- LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rain. Effective Number of Parties: a measure with application to West Europe. *Comparative Political Studies Review*, n. 12, p. 3 a 27, 1979.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- NICOLAU, Jairo M. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partidos: organização e poder dos partidos políticos*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

EMERSON URIZZI CERVI

ELEIÇÕES CASADAS, VOTOS SOLTEIROS E PT EM NAMORO ELEITORAL COM PSDB: UMA
DESCRIÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS ENTRE
1994 E 2014

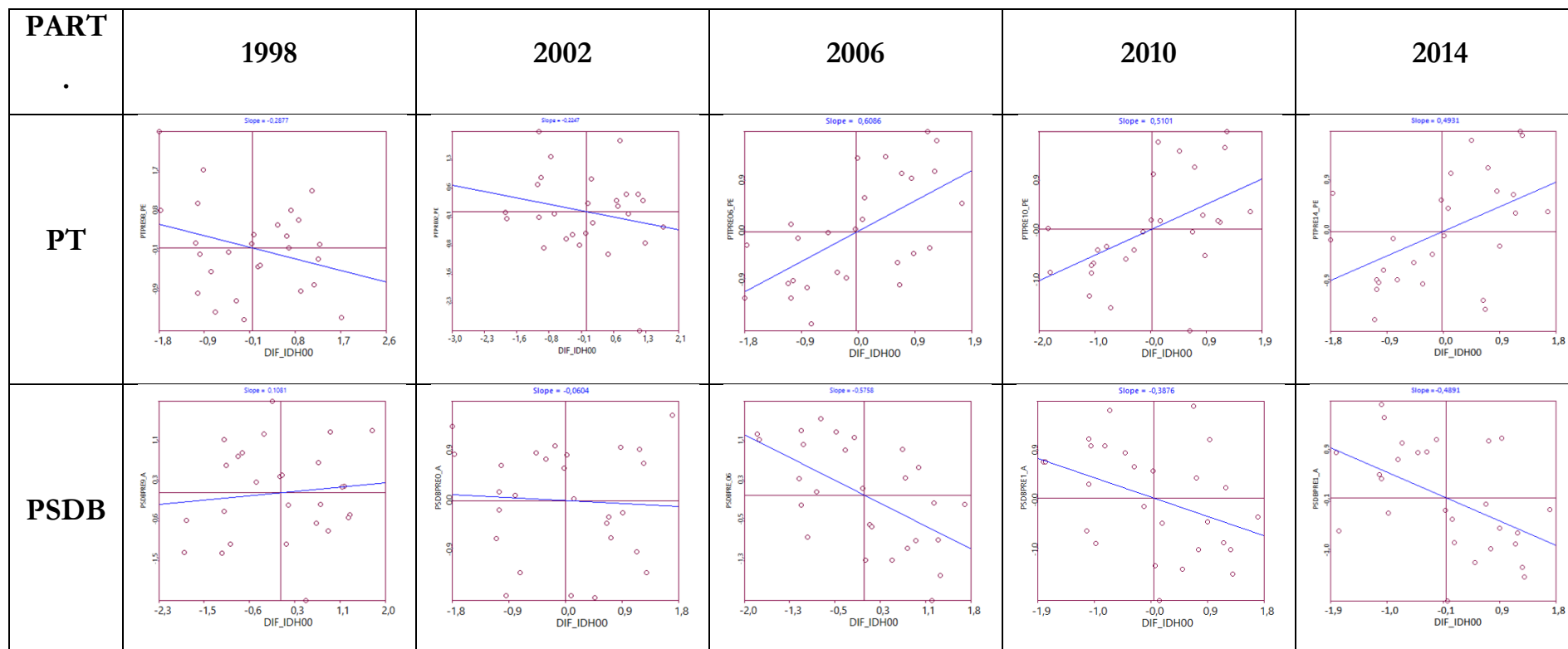
RIKER, William H. El sistema bipartidista y la ley de Duverger: un ensayo sobre la historia de la Ciencia Política. *American Political Science Review*, n. 76, p. 134 a 159, dez. 1982.

TAFNER, Paulo. Proporcionalidade e Exclusão no sistema Político-eleitoral Brasileiro. Rio de Janeiro: IEPA/IUPERJ, *Textos Para Discussão*, n. 450, 1996.

EMERSON URIZZI CERVI

ELEIÇÕES CASADAS, VOTOS SOLTEIROS E PT EM NAMORO ELEITORAL COM PSDB: UMA DESCRIÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS ENTRE 1994 E 2014

ANEXO 1 - Gráficos de associação entre % de votos do partido por eleição e diferença de IDH na UF entre 2000 e 2010



Fonte: Autor